


A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES BIOGRÁFICAS DE 2012 A 2022

*THE TRAINING OF EARLY EARLY EDUCATION TEACHERS FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS:
ANALYSIS OF BIOGRAPHICAL PRODUCTIONS FROM 2012 TO 2022*

 <https://orcid.org/0000-0003-4155-0757> Lillian Ferreira Rodrigues ^A

 <https://orcid.org/0000-0002-1758-6138> Heloisa Raimunda Herneck ^B

 <http://orcid.org/0000-0002-2409-9303> Maria Simone Euclides ^C

 <https://orcid.org/0000-0003-3156-0679> Terezinha Duarte Vieira ^D

^AUniversidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil

^BUniversidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil

^CUniversidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil

^DUniversidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil

Recebido em: 28 fev. 2023 | Aceito em: 25 jun. 2023

Correspondência: Lillian Ferreira Rodrigues (lillian.rodrigues@ufv.br)

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar um levantamento acerca das produções bibliográficas referentes à formação para professoras/es da Educação Infantil (EI) para a educação das relações étnico-raciais entre os anos de 2012 e 2022. Para isso, realizamos uma pesquisa no formato de estado da arte, que contou com a leitura e a análise dos artigos da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os, periódicos da CAPES e da plataforma Scielo, além de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A partir disso, constatamos 46 produções bibliográficas referentes à temática do estudo e, mediante a análise, encontramos a predominância da abordagem empírica sobre a teórica, bem como a incidência de temas recorrentes que situamos em quatro categorias centrais: Processos Formativos, Práticas Pedagógicas, Infâncias Negras e Legislação. Tais categorias se entrelaçam na discussão sobre formação para professoras/es da EI para a educação das relações étnico-raciais e se complementam. Diante da constatação dos desafios e das dificuldades de implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, observamos uma demanda de estudos voltados para essa especificidade, ao mesmo tempo que nos projeta a necessidade de que haja investimento na educação brasileira com atenção à formação de professoras/es.

Palavras-chave: Formação de professoras/es da Educação Infantil; Relações étnico-raciais; Estado da arte.

Abstract

This article aims to present a survey about the bibliographical productions referring to the training of Early Childhood Education teachers for the education of ethnic-racial relations from 2012 to 2022. For this, we carried out a research in the state of the art format, which included the reading and analysis of articles from the Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os, journals from CAPES and the Scielo platform, as well as



theses and dissertations from the National Library Digital Brazilian of Theses and Dissertations. We found 46 bibliographical productions related to the subject of the study, from which we found the predominance of the empirical approach over the theoretical one, as well as the incidence of recurrent themes that we placed in four central categories: Formative Processes, Pedagogical Practices, Black Childhoods and Legislation. Such categories are intertwined in the discussion about training for teachers of Early Childhood Education for the education of ethnic-racial relations and complement each other. In light of the challenges and difficulties in implementing Laws 10,639/2003 and 11,645/2008, we observe a demand for studies focused on this specificity, while at the same time projecting the need for investment in Brazilian education with attention to the training of teachers.

Keywords: Training of Early Childhood Education teachers; Ethnic-racial relations; State of art.

Introdução

Os anos que discorrem de 2003 a 2023 entrelaçam 20 anos da Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.394/1996 sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e determina ao currículo oficial a incorporação do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de educação básica e de ensino superior. Essa Lei, fruto de tensionamentos do Movimento Negro, conduz a decolonialidade dos currículos, ou seja, orienta epistemologias alternativas a colonialidade, uma vez que esta, de acordo com Aníbal Quijano (2005), se encontra imersa nos saberes enquanto uma extensão do que consiste em uma racionalidade eurocêntrica.

Subverter a colonialidade nos currículos caracteriza “[...] bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação [...]” (BRASIL, 2004, p.17). Para isso, a formação docente torna-se uma das principais demandas para implementação da Lei nº 10.639/2003, a qual surge com o intuito de proporcionar o fortalecimento das identidades, das relações e dos saberes étnicos-raciais nos cotidianos escolares.

Entendemos a formação docente como processo de apreensão de conhecimentos com a finalidade educadora antirracista. Esse processo envolve desde a formação inicial em cursos de licenciatura até as formações que, seguidas desta, se mantêm continuamente a partir de mobilizações individuais e/ou institucionais. Diante disso, a formação de professoras/es também se compõe, seja com cursos de especialização e formação continuada, ou, ainda, pela

formação que se mantém no exercício da profissão docente por meios distintos que envolvam a temática, tais como: trocas entre professoras/es em reuniões pedagógicas, a prática docente, a leitura sobre o assunto, cursos de curta duração, a participação em eventos e exposições artísticas e educacionais, palestras, seminários, congressos, apresentações culturais, entre outras vias de acesso a conhecimentos como as relações étnico-raciais, conforme abordaremos neste artigo.

As discussões acerca da formação de professoras/es para a educação e as relações étnico-raciais têm se intensificado em meio às produções acadêmicas, conforme aponta o relatório elaborado por Wilma Coelho e Cleverton Quadros (2018) na pesquisa nacional “Educação e Relações Étnico-Raciais: O Estado da Arte”, organizada pelo/as pesquisador/as Paulo Vinicius Baptista da Silva, Kátia Régis e Shirley Aparecida de Miranda, no intuito de realizar o mapeamento da produção de teses, dissertações e artigos sobre a temática formação de professoras/es e relações étnico-raciais elaboradas entre 2003 e 2014. Entre as principais evidências desse estudo desenvolvido pela autora e pelo autor, encontra-se a necessidade de formação inicial e continuada de professoras/es para a educação das relações étnico-raciais.

Diante da demanda formativa de professoras/es em cada etapa educativa, este artigo consiste em um Estado da Arte que se volta a especificidade da formação de docentes da Educação Infantil (EI) para as relações étnico-raciais com o intuito de mapear a produção de teses, dissertações e artigos sobre a temática entre os anos de 2012 e 2022. O período selecionado justifica-se pelo atravessamento do marco de duas décadas da Lei nº 10.639/2003, que também perpassa, respectivamente, os decênios desta Lei e da Lei nº 11.645/2008, em alteração a primeira, acrescenta os saberes indígenas ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, além do marco da Lei nº 12.711/2012 promulgada no ano do qual partimos nossa análise, uma vez que sua implementação do ingresso ao ensino superior pela Lei de Cotas ocorre junto às iniciativas a nível curricular.

O Estado da Arte segue orientações como: a definição das fontes utilizadas para a produção de dados da pesquisa, dos descritores para a busca por teses, dissertações e artigos e dos critérios de seleção dos textos; bem como a leitura dos mesmos; a realização de sua síntese; e a elaboração de um relatório com a sistematização do estudo e de sua análise (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Sendo assim, selecionamos como bases de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (CAPES), a plataforma Scielo e a Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Para o encontro de teses, dissertações e artigos condizentes com nosso estudo, concentramos como descritores, nessas bases de dados, os termos “formação de professoras/es”, “Educação Infantil” e “relações étnico-raciais”.

Em pesquisa às produções, seguimos como critérios de seleção dos textos a presença explícita dos descritores ou conceitos similares no título, em palavras-chave e/ou no resumo das produções, simultaneamente. Nessa busca encontramos 46 produções: 22 artigos de periódicos da CAPES, 3 artigos da plataforma Scielo e 2 artigos da Revista da ABPN; 16 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. No final deste artigo constam as referências dessas produções. Ao lê-las pudemos compor as análises do estudo no campo da a formação de professoras/es da EI para as relações étnico-raciais, visto que o Estado da Arte nos permite

[...] identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

Nas discussões subsequentes trataremos a composição do Estado da Arte com a formação de professoras/es da EI para a educação das relações étnico-raciais. Em seguida, situamos tal discussão no campo teórico e empírico de teses, dissertações e artigos encontradas/os, evidenciando as suas tendências, lacunas e contribuições.

A formação de professoras/es para a educação das relações étnico-raciais

Para uma educação para as relações étnico-raciais, que dialogue com a proposição da política valorizativa¹ (SANTOS, 2014), se faz fundamental a formação de professoras/es que compreenda, sobretudo, as relações étnico-raciais. Segundo Nilma Lino Gomes (2010), elas consistem no constructo de relações historicamente constituídas e enredadas pela raça enquanto marcador identitário da diferença entre os sujeitos. O tratamento das relações étnico-raciais são determinantes na implementação da Lei nº 10.639/2003, a qual propõe uma educação que oriente tais relações à valorização e reconhecimento de sujeitos negros, de sua história e da sua cultura.

A formação de docentes para a educação das relações étnico-raciais substancia a subjetividade de educadores enquanto formadoras/es de educandas/os. De acordo com Gilles

¹ Políticas valorizativas são voltadas à “valorização dos grupos raciais e étnicos que são discriminados” (SANTOS, 2014, p. 177).

Deleuze e Félix Guattari (1995), os agenciamentos mobilizados pelas coexistências compõem a subjetividade de sujeitos. De tal modo, a formação de professoras/es acrescenta criticidade à produção de subjetividade desses profissionais e também das crianças de modo a contribuir com a composição de narrativas negras positivas.

No entanto, a existência de lacunas no trato da formação de professoras/es sobre a temática étnico-racial (DIAS, 2012; COELHO; QUADROS, 2018) inviabiliza a consolidação da pauta no campo educacional, embora essa seja prevista pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), conforme estabelece a Lei nº 10.639/2003.

No âmbito formativo, as DCNERER preveem que os cursos de instituições de ensino superior ofereçam disciplinas específicas sobre a educação das relações étnico-raciais e com referência à mesma. Além disso, o documento ainda respalda que os sistemas de ensino têm por responsabilidade a promoção de formação docente. Logo, a ausência dessa formação provoca a manutenção da hegemonia sobre os currículos.

[...] Os negros deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética. Muitas vezes esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude. Estamos no complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças e, sobretudo, diante das diversas maneiras como estas são tratadas pela sociedade (GOMES, 2003, p. 72).

Por isso, a escassez da educação para as relações étnico-raciais na formação inicial, continuada e/ou em exercício se inclina à negação da diversidade dos sujeitos e, concomitantemente, a negação do corpo negro no contexto educacional e na sociedade. Ademais, a efetivação de políticas públicas com o envolvimento e o incentivo institucional para a formação e a prática docente para a educação das relações étnico-raciais são fundamentais. Nesse sentido, Cavalleiro (2012, p.22) aponta que “não seria demasiado supor que a ausência desse tema no planejamento escolar impede a promoção de boas relações étnicas. O silêncio [...] favorece que se entenda a diferença como desigualdade e os negros como sinônimos de desigual e inferior”.

Dito isso, na seguinte seção trataremos as análises dos dados produzidos a partir das teses, dissertações e dos artigos que subsidiam este estudo.

Formação de professoras/es da Educação Infantil para as relações étnico-raciais: breve análise sobre as produções entre 2012 e 2022

Estudos que se direcionam as discussões acerca da educação e das relações étnico-raciais, sobretudo a partir da Lei nº 10.639/2003, apresentam entre as principais problemáticas a implementação dessa política no cotidiano escolar, uma vez que há lacunas na formação docente para o trato de uma educação antirracista e as incidências de expressões do racismo em instituições de ensino. Nesse contexto, os processos formativos de professoras/es sobre a temática surgem como potenciais instrumentos de intervenção e transformação de práticas propostas por teses, dissertações e artigos.

A formação de professoras/es da EI para a educação para as relações étnico-raciais tem ganhado espaço de discussão na última década da Lei nº 10.639/2003 tendo em vista o número de produções a cada ano entre 2012 e 2022. As produções concentram teses (3), dissertações (16) e artigos (27) que se distribuem entre os anos analisados e nos quais podemos observar algumas informações. As teses correspondem aos anos de 2013 (2) e 2018 (1) que referem-se aos decênios das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Enquanto as dissertações se evidenciaram nos anos 2012 (1), 2015 (1), 2016 (3), 2017 (1), 2018 (3), 2019 (2), 2020 (1), 2021 (3) e 2022 (1), exceto em 2013 e 2014; assim como os artigos em 2012 (2), 2013 (1), 2015 (1), 2016 (1), 2017 (1), 2018 (5), 2019 (4), 2020 (5), 2021 (3) e 2022 (4), salvo 2014. A partir dessas informações, observa-se oscilações no número de produções ao longo do período estudado, que se destacam pela queda em 2014 e um significativo aumento em 2018.

Dando ênfase ao ano de 2014, embora ocorra a ausência de artigos, dissertações e teses que tratam sobre formação de docentes para as relações étnico-raciais, para EI, Wilma Coelho e Cleverton Quadros (2018) em seu estudo permitiram constatação de produções sobre a temática no ano de 2014, sem a menção da etapa educativa referida. Ainda, ressaltam uma crescente discussão sobre a formação de professoras/es para as relações étnico-raciais em anos próximos ao decenário da Lei nº 10.639/2003, ou seja, em anos como 2014, o que também podemos associar ao ano de 2018 com a Lei nº 11.645/2008. Desse modo, mesmo que no ano de 2014 não tenham sido constatadas produções sobre a formação de professoras/es da Educação Infantil para as relações étnico-raciais, ele foi significativo na produção de conhecimento sobre formação de docentes em diálogo com a Lei nº 10.639/2003.

No ano de 2018, há um contingente de publicações em teses (1), dissertações (3) e artigos (5). As produções no ano de 2018 expressam maior incidência entre os anos analisados, destacando a relevância das mesmas para as políticas, dado que permite a

ampliação das discussões e o aperfeiçoamento das leis para o atendimento às demandas dos grupos não-hegemônicos, conforme podemos verificar pela implementação da Lei 11.645/2008 no ano em que se reafirma ao completar uma década de sua existência.

Quanto à autoria, os artigos em sua maioria (21) trata-se de textos produzidos em coautoria. Com destaque a Lucimar Rosa Dias e Flávia Carolina da Silva, autoras que se repetem como escritoras de produções individuais e coletivas. Elas se assemelham em suas temáticas de discussão com destaque a formação de professoras/es e a EI, com um olhar voltado às crianças negras e às relações étnico-raciais, de tal modo que compartilham a autoria do artigo “Formação continuada de professores da Educação Infantil e (re)educação de relações étnico-raciais: uma experiência no município de Curitiba”. O artigo escrito parte da pesquisa de mestrado de Flávia da Silva, conforme evidenciado na dissertação “A educação das relações étnico-raciais na formação de professores/as da Educação Infantil no Município de Curitiba (2010-2015)”, orientada pela professora Dra. Lucimar Dias.

Os tensionamentos das produções também se convergem ao foco para a formação de professoras/es, seja essa inicial, continuada e/ou em exercício. Além disso, uma das preocupações dos estudos analisados se encontram em uma formação docente que permita que professoras/es da EI “[...] sejam capazes de analisar criticamente a realidade social, de modo que também possam estabelecer relações entre educação, discriminação racial, racismo e direitos humanos” (CASTRO, 2019, p. 95). No entanto, a formação continuada tem se moldado às insuficiências da formação inicial (CASTRO, 2019), um fator preocupante, pois, segundo Flávia da Silva (2020), a ausência de preparação das/os professoras/es pode acarretar a ausência de intervenções em atos discriminatórios ou causar a propagação dos mesmos.

De acordo com a resolução nº 2 do Conselho Nacional da Educação, de 1 de julho de 2015, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, a primeira consiste na formação de professoras/es em cursos a nível de graduação em licenciatura. Já a segunda é prevista no documento como aquela que proporciona a apreensão de conhecimentos complementares à formação inicial e que busca pelo aperfeiçoamento dos sujeitos no desenvolvimento de sua profissão.

Embora nem todas as obras analisadas descrevam a formação em exercício diretamente, podemos identificá-la nas publicações. De acordo com Thaís Carvalho (2013), a formação em exercício parte de reflexões sobre a prática, especialmente em meio a reuniões

pedagógicas e as trocas de experiência entre docentes, o que manifesta o potencial analítico sobre o que corrobora uma intervenção antirracista.

Após a breve análise sobre as produções foco de nosso estudo, voltaremos aos aspectos dos tipos de produção por região; primeiramente, teses e dissertações e, depois, os artigos. Nos programas de pós-graduação da região Nordeste, encontramos a seguinte relação: dissertação (1) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (mestrado profissional em Formação de Professores), dissertação (1) e tese (1) na Universidade Estadual do Ceará (UECE) (respectivamente, mestrado em Educação Brasileira e doutorado em Educação); e dissertação (1) na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Na região Centro-Oeste, encontramos dissertações de programas de pós-graduação em Educação: dissertação (1) na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás); dissertação (1) na Universidade Federal de Goiás (UFG); dissertações (2) na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Na região Sudeste, localizamos dissertações de programas de pós-graduação em Educação na (2) Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na (1) Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), na (1) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na (1) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); além de uma dissertação e uma tese na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (respectivamente, no mestrado profissional em Educação e Docência e doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social). Na região Sul, encontramos uma dissertação e (1) tese no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR); e (2) dissertações na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ambas em mestrados profissionais, (1) dissertação em Ensino de História e (1) outra em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

As teses e as dissertações têm origem em programas de pós-graduação acadêmicos (12) e profissionais (4) de 13 dessas instituições. Além disso, notamos que as produções estão predominantemente em programas de pós-graduação em Educação (9) e os demais (7) em programas similares das Ciências Humanas. Ademais, em cada uma das regiões com produções, observamos que ao menos uma instituição possui duas produções bibliográficas, como é o caso da UFC, UFMS; UFsCar UFMG, UFSM e UFPR.

Quando retomamos os artigos deste estudo com base na distribuição das revistas científicas das publicações por ano encontramos: na região Nordeste, a Revista Educação e formação (2019), a Revista Espaço do Currículo (2021) e a Debates em Educação (2022;

2022); na região Norte, a Revista Cocar (2020); na Região Centro-Oeste, a Revista de Educação Pública (2012), a Interfaces da Educação (2018), a Revista da ABPN (2020; 2020), a Raído (2021) e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (2022); na região Sudeste, a Revista Brasileira de Educação (2012), a Revista Poiésis (2013; 2018), a Revista Eletrônica de Educação (2015), a Revista Contemporânea de Educação (2016), a Revista Educação e Cultura Contemporânea (2017), a Laplage em Revista (2018), Formação docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (2019), a Cadernos de Pós-graduação (2019), Revista História Hoje (2020) e a Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (2020; 2022); e, na região Sul, a Revista Linhas (2018), a Educação e Realidade (2019) e a Revista Movimento (2021).

Os artigos deste estudo possuem maior número de publicações (13) em revistas da região Sudeste. A região Norte apresenta poucas produções bibliográficas (1) sobre a formação de docentes da EI e a educação para as relações étnico-raciais, o que indica as demandas da temática enquanto prática e campo de estudo. Na região Sudeste, as revistas em que se repetem as publicações, com duas produções em cada uma delas: Revista Poiésis, Laplage em Revista e Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Ao mesmo passo, localizamos o ano de 2018 como o ano a partir do qual são impulsionadas as produções. Dito isso, na seguinte seção, para além da quantificação das produções, analisaremos as suas abordagens, classificando-as por categorias de acordo com as temáticas que os envolvem.

Categorização das produções entre 2012 e 2022

Neste estudo, as teses, as dissertações e os artigos analisados apresentam a abordagem direta ou indireta da formação de professoras/es da EI, considerando a temática da educação para as relações étnico-raciais. No que diz respeito às discussões diretas, as produções apresentam como tema principal os processos formativos de docentes e, aquelas com abordagem indireta, correspondem à colocação do tema em segundo plano, porém sem se abster da educação para as relações étnico-raciais. Ou seja, as temáticas recorrentes das produções concentram-se na abordagem direta das relações étnico-racial, perpassando a formação de professoras/es da EI.

Visualizamos como complementos indispensáveis a essas discussões a presença de temáticas satélites que orbitam em torno do tema central *formação de professores da EI para a educação das relações étnico-raciais*, como: crianças negras, cotidiano escolar, currículo,

prática pedagógica, literatura, cultura, implementação de políticas e estratégias para educação das relações étnico-raciais, legislação, preconceito e discriminação racial, representatividade, racismo e antirracismo. Para a organização desses temas, concentramo-nos em quatro categorias: 1) Processos Formativos², 2) Práticas Pedagógicas³, 3) Infâncias Negras⁴ e 4) Legislação⁵.

As discussões sobre Processos Formativos de professoras/es entrelaçam as produções e indicam uma inclinação a formação-ação para as relações étnico-raciais como processo formativo aliado a teoria e a experiência, ora simultaneamente, ora com maior destaque aos aspectos teóricos, sobretudo quando se volta a atenção aos aspectos legais. A categoria Processos Formativos é a primeira em análise, já que trata diretamente sobre a formação de professoras/es da EI para a educação das relações étnico-raciais.

Uma tendência desta categoria consiste na formação de professoras/es a partir de formações ofertadas por iniciativa das Secretarias de Educação Municipais e Estaduais (SEE, SME) como a SME de Campinas, em São Paulo; a SEE Mato Grosso do Sul, em Campo Grande (DIAS, 2012); a SME de Curitiba, no Paraná (SILVA, 2018); SME de Bragança, no Pará (SANTOS, 2018); e a SME de Cuiabá, no Mato Grosso (GRANDO; PINHO; RODRIGUES, 2018). Além disso, algumas das Secretarias de Educação atuaram em parceria com universidades, por exemplo, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) (GRANDO; PINHO; RODRIGUES, 2018).

Thaís Carvalho (2013), ao se voltar para as políticas de promoção de igualdade racial para formação continuada de professoras/es pela rede municipal de Educação Infantil de Florianópolis, em Santa Catarina, entre 2009 e 2011, constatou experiências positivas na implementação das políticas. Entretanto, a autora nos chama atenção de que essas formações partiram de solicitações das instituições, e que foram atendidas prontamente pelo município. Mesmo que tenha a sua importância as manifestações de busca e interesse formativo pelas

² Em artigos de Sousa (2012); Dias (2012); Carvalho (2013); Aguiar, Piotto e Correa (2015); Silva (2016); Ghiggi (2018); Grando, Pinho e Rodrigues (2018); Silva e Dias (2018); Souza e Dinis (2018); Castro (2019); Silva e Cruz (2022); Teixeira e Santos (2022); e Silva (2012). Em dissertações de Feital (2016); Leal (2017); Nascimento Junior (2018); Miranda (2018); e Silva (2020). E na tese de Miranda (2021).

³ Em Artigos de Marinho e Martins (2017); Carvalho e França (2019); Santos e Meira (2019); Ferreira, Vieira e Vieira (2020); Silva e Santos (2020); Costa, Videira, Vieira e Vasconcelos (2020); Furtado e Meinerz (2020); Goés e Rosa (2021); Maçaneiro e Bailer (2021); Raimundo e Terra (2021); Silva e Santos (2022). Em dissertações de Pereira (2015); Marchi (2016); Ivazaki (2018); Alves (2018); Rego (2019); Silva (2019); Santana (2021). E na tese de Costa (2013).

⁴ Em Artigos de Almeida e Henriques (2018); Araújo e Dias (2019); Dias, Reis e Damião (2022). Em dissertações de Souza (2012); Santos (2021); Silva (2022). E na tese de Amaral (2013).

⁵ No artigo de Alves, Barbosa e Ribeiro (2016).

instituições, Thaís Carvalho (2013) aponta o silenciamento quanto a mobilização de processos formativos com a temática étnico-racial, assim como outras/os autoras/es apontam as iniciativas isoladas ou a defasagem dessa formação, seja por sua inexistência ou, ainda, a sua rara frequência.

Algumas universidades apresentaram formações vinculadas a projetos de extensão como, por exemplo, nos trabalhos de Beleni Grando, Vilma Aparecida de Pinho, Eglen Rodrigues (2018) e de Margarete Goés e Tatiana Rosa (2021), que concentram respectivamente: o projeto de extensão “Ikuiapá”, do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT, e o projeto “Arte na Educação Infantil: formação de professores dinamizadores da arte na Educação Infantil”, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Além disso, verificamos que o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da UFPR também ofereceu cursos de formação continuada no formato *lato sensu* para professoras/es da rede pública de ensino de Cuiabá e outros municípios do estado do Paraná (GHIGGI, 2018), bem como Curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO/Política de Promoção da Igualdade Racial, que é promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

As pesquisas que ocorreram em instituições de EI apontaram os processos formativos de professoras/es em exercício (IVAZAKI, 2018; RAIMUNDO; TERRA, 2021). Tais pesquisas ora estiveram à frente da formação de professoras/es junto a suas práticas, ora buscaram pelas percepções de docentes mediante a resposta de entrevistas e questionários ou voltaram às suas discussões ao campo teórico. Nesse contexto, as autoras e os autores evidenciaram as ausências pela escassez de formação para uma educação antirracista.

Do mesmo modo, os percursos formativos são marcados pela não adoção de políticas educacionais para a promoção da igualdade racial, o que afeta as práticas pedagógicas, uma vez que as concepções sobre a educação das relações étnico-raciais por professoras/es EI possuem fragilidades desde a formação inicial. Essa constatação pode resultar situações como o preconceito de marca direcionado a crianças negras (AGUIAR; PIOTTO; CORREA, 2015), além do silenciamento diante situações de racismo, sobretudo em meio a conflitos raciais, quando se deveria promover intervenções (MARINHO; MARTINS, 2016; SILVA, 2018).

As produções indicam que o racismo nas escolas também se manifesta na estética das instituições, provocando a reprodução de modelos e discursos hegemônicos que refletem negativamente sobre as crianças e evidencia o despreparo das/os professoras/es (SOUZA;

DINIS, 2018). Por conseguinte, a defasagem na formação e a desinformação expressam e se somam aos desafios e as dificuldades de implementação da Lei nº 10.639/2003.

Os textos da categoria Processos Formativos, além de se embasar em um contexto de denúncia, indicam caminhos e exemplificam iniciativas positivas. Assim, alguns pontos são importantes de serem considerados nos processos formativos. Flávia da Silva (2020) aponta que para que as práticas pedagógicas promovam a igualdade racial, as/os docentes devem passar por processos formativos para a compreensão dos efeitos do racismo estrutural sobre a sociedade. Tal proposta auxilia a composição de uma identidade positiva pelas crianças negras da EI.

Para isso, Moacir de Castro (2019) acrescenta que as concepções das/os professoras/es sobre as crianças devem ser tratadas pelos cursos de formação para a educação das relações étnico-raciais. Assim, os processos formativos contribuirão no combate de práticas racistas no contexto escolar, tanto protagonizadas por professoras/es quanto por crianças. Por isso, há uma preocupação quanto a identidade docente e a perspectiva histórica negra decolonial (GRANDO; PINHO; RODRIGUES, 2018). As iniciativas formativas desenvolvidas junto às/aos docentes se converteram em práticas positivas, indicando percepções positivas às crianças acerca de seu pertencimento étnico-racial (SANTOS, 2018; COSTA *et al* 2020).

Para a formação de docentes, além das instituições de educação básica e superior, das Secretarias de Educação e da mobilização de docentes, Bartolina Catanante e Lucimar Dias (2017) ressaltam a responsabilidade das/os coordenadoras/es pedagógicas/os junto às instituições na formação das/os docentes para a educação para as relações étnico-raciais para o atendimento à Lei nº10.639/2003. Ao mesmo passo, há uma necessidade de que a educação antirracista esteja presente nos currículos e nos cotidianos escolares ao longo de todo o ano letivo (SANTOS, 2018). A educação para as relações étnico-raciais se compõe interdisciplinarmente, se envolvendo nas diferentes especificidades da EI. Perante o exposto, entre as possibilidades de implementação de práticas antirracistas e de formação de professoras/es, os textos consideram a intervenção pedagógica com a Arte (COSTA *et al*, 2020; GÓES, 2021), dentre outras possibilidades que serão apontadas pela categoria Práticas Pedagógicas.

As categorias Práticas Pedagógicas e Infâncias Negras dialogam entre si com três assuntos chave: as representações sociais, as identidades negras e a formação docente. Há uma incidência da temática étnico-racial para a formação de professoras/es em diálogo com a

composição do contexto escolar e a formação dos sujeitos, associando a condução das práticas antirracistas às representações sociais e à construção da identidade de crianças, principalmente negras, ao destacarem aspectos positivos relacionados à negritude. Ao mesmo passo, as produções bibliográficas apontam uma preocupação quanto à ausência da formação de docentes para as relações étnico-raciais e os seus reflexos sobre a educação e os sujeitos, além de verificarem que os processos formativos são demandas a serem supridas.

A categoria Práticas Pedagógicas trata sobre o desenvolvimento de práticas por professoras/es e as contribuições que têm em sua formação para a educação das relações étnico-raciais. Ainda, verificamos iniciativas individuais de professoras/es que convidam a coletividade para uma formação-ação, a fim de gerar a construção de representações sociais negras positivas para as crianças a partir da ludicidade (RAIMUNDO; TERRA, 2021). Dentre as práticas pedagógicas e o seu caráter formativo, a literatura infantil e afro-brasileira são apontadas (SILVA; SANTOS, 2020; RAIMUNDO; TERRA, 2021). Todavia, as/os professoras/os evidenciam dificuldades na implementação da literatura infantil afro-brasileira, alegando a ausência de formação para o trabalho com ela, embora a literatura infantil seja enfatizada como prioridade nessa etapa educativa (SILVA; SANTOS, 2020).

Isso posto, há uma demanda de que as instituições de ensino disponibilizem a literatura infantil com referência afro-brasileira e a formação específica destinada às/aos profissionais da EI (FERREIRA; VIEIRA; VIEIRA, 2020; SILVA; SANTOS, 2020), além de despertarem o interesse pela luta antirracista. Outra percepção confere que mesmo que professoras/es estejam inseridas/os em um contexto formativo como escolas de EI universitárias, persiste a necessidade da formação continuada para a educação das relações étnico-raciais (FERREIRA; VIEIRA; VIEIRA, 2020), o que revela a importância da busca por uma formação antirracista constante e a disposição de materiais para a prática pedagógica.

As africanidades são apresentadas como referências para as práticas docentes, como o envolvimento da capoeira (IVAZAKI, 2018), das canções e das brincadeiras (SILVA, 2019), fortalecendo a decolonialidade das aprendizagens. Concomitantemente, as africanidades são tidas como base formativa para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (FURTADO; MEINERZ, 2020). Para além de uma implementação curricular, as autoras evidenciam a necessidade de afirmação de posicionamentos políticos nos cotidianos escolares, ou seja, a adoção de uma postura docente antirracista.

Tárcia Silva e Adelaide Alves (2018) realizaram uma pesquisa em que observaram um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no Recife, que se volta aos Direitos Humanos, compreendendo os sujeitos a partir de sua diferença e sob um viés intercultural. A sensibilização dos sujeitos pelas/os docentes quanto a diferença, despertam para uma (re)educação para as relações étnico-raciais. Assim, as crianças desenvolvem positivamente as suas identidades e as suas percepções sobre a diferença. A constante formação das/os profissionais dessa instituição revela a busca por materiais, inclusive a literatura, que auxiliam as suas práticas, além das trocas de experiência e senso de coletivo da equipe.

Também observamos nessa categoria tendências que se inserem no tratamento das relações étnico-raciais nos cotidianos da EI, orientado sob a perspectiva dos Direitos Humanos (SILVA; ALVES, 2018; ALMEIDA; HENRIQUES, 2018), da interculturalidade (SILVA; ALVES, 2018) e do multiculturalismo (ALMEIDA; HENRIQUES, 2018).

A categoria Infâncias Negras afirma a identidade de crianças negras e revisita a literatura infantil para a educação antirracista, apontando a demanda de seu conhecimento na formação docente. A literatura negra e afro-brasileira indica a desconstrução das representações negativas de raça da sociedade interiorizadas pelas crianças (ARAÚJO; DIAS, 2019; SANTOS, 2021), de modo a combater ao que Arleandra Amaral (2013) denomina branquidade normativa.

A discussão sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil permite que as infâncias negras sejam alcançadas e estejam em protagonismo. Os estudos dessa categoria, permitem ouvir as vozes de crianças negras (ARAÚJO; DIAS, 2019) para que se pense uma formação docente que proporcione o desenvolvimento integral desses sujeitos e a valorização de sua negritude. As produções bibliográficas problematizam as representações sociais, que se manifestam a partir dos modos de perceber o mundo além de demarcarem a compreensão de pertença ou ausência a um grupo na sociedade em meio das interações dos sujeitos com o ambiente e com outros sujeitos. Os textos se tecem em argumentos nos quais:

As discussões sobre as relações raciais apontam a inserção das crianças negras não somente no aspecto do acesso e permanência à educação, mas também a garantia da socialização e equidade dessa criança nos cenários educacional e social. Na escola aspectos como tratamentos igualitários ou diferenciados para com as crianças negras, perpassam por representações sociais oriundas do ambiente escolar e do meio social que as instituições de ensino se situam (CORRÊA, SANTOS, 2018, p. 695).

De acordo com Cristina Teodoro (2020) e Keise da Silva (2022), o corpo também expressa a identidade étnico-racial dos sujeitos e as manifestações das concepções de cunho

étnico-racial estão inseridas nos discursos das crianças em meio as suas interações sociais com os seus pares e com as/os docentes (TEODORO, 2020; SILVA, 2022). Nesse sentido, reforça-se a importância da educação literária como aliada formativa para docentes e crianças na educação para as relações étnico-raciais (ARAÚJO; DIAS, 2019). As representações sociais de crianças negras, diante do desafio entre promover a educação antirracista e entender a existência de racismo, tornam urgente que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 sejam implementadas com o auxílio de políticas públicas nesse processo (CORRÊA; SANTOS, 2018).

Ao revisitar estratégias de combate ao racismo, Daniela Carvalho e Dalila de França (2019) conferiram entre os bancos de dados a escassez de produções que se direcionam à EI relacionada às relações étnico-raciais. Assim como o presente estudo tem apontado, as discussões se concentram na formação docente e a sua relevância para a promoção da educação das relações étnico-raciais e a referência aos documentos que a embasam como a Lei nº 10.639/2003.

Os principais caminhos encontrados pelas/os autoras/es para a formação para a educação das relações étnico-raciais consistem no acompanhamento da proposta da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, os quais são os documentos mais citados pelas produções bibliográficas. Desse modo, a categoria Legislação perpassa a cada uma das produções com ênfase no artigo de Nancy Alves, Ivone Barbosa e Núbia Ribeiro (2016). Assim, a documentação acerca da educação das relações étnico-raciais ora apresenta menções explícitas, ora implícitas ou ausentes sobre a EI. No entanto, “[...] tanto a legislação quanto a produção acadêmico-científica indicam que educar para as relações étnico-raciais desde a infância é parte da construção de sociedade mais justa” (ALVES; BARBOSA; RIBEIRO, 2016, p.322).

Diante disso, a aplicabilidade da Legislação e a formação docente para a educação para as relações étnico-raciais são interdependentes e devem se concentrar na formação dos sujeitos. A interculturalidade (SILVA; ALVES, 2018) e a multiculturalidade (ALMEIDA, HENRIQUES, 2018) são aliadas capazes de fortalecer esse processo. Nos processos formativos multiculturais “[...] as identidades e as posições políticas não se conformam a binarismos, sendo [...] híbridas, sincréticas, não puras; os ‘efeitos de fronteira’ são construídos discursivamente; a proliferação de histórias e temporalidades dos alunos e alunas deve ser

considerada” (CANEN; XAVIER, 2011, p. 644). As práticas pedagógicas, de acordo com Ana Canen e Gisele Xavier (2011), ao considerarem as identidades individuais, coletivas e institucionais, caminham em direção a uma educação intercultural, cujo intuito seja o diálogo entre a formação das/os estudantes e os modos de ver, perceber, pensar e existir das diferentes culturas, provocando uma ruptura com a colonialidade.

Considerações finais

Este estudo acerca da formação de professoras/es da EI para as relações étnico-raciais concentrou-se em artigos da Revista da ABPN, periódicos da CAPES e da plataforma Scielo e teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações produzidos entre os anos de 2012 e 2022, a partir dos quais verificarmos produções com vistas no marco de dez anos das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e aproximação dos vinte anos da primeira.

Ao longo da leitura das teses, dissertações e artigos, constatamos a predominância da abordagem empírica sobre a teórica, em que a primeira se converte a estudos aplicados e analisados acerca de processos formativos, práticas pedagógicas e infâncias negras; e a segunda trata-se de contribuições de estudos teóricos sobre a temática, com um olhar incisivo sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 e a prática pedagógica nos cotidianos escolares, reafirmando a importância da formação de professoras/es com atenção aos currículos para a composição de representações negras positivas às crianças negras e não-negras, bem como a composição de uma educação antirracista.

Tomamos conhecimento que 2018 foi o ano com maior discussão sobre a temática da educação das relações étnico-raciais na formação de professoras/es, enquanto em 2014 nota-se sua queda, embora a formação docente para as relações étnico-raciais tenha priorizado um envolvimento geral desses profissionais da educação básica.

Além disso, notamos que o tema estudado parte majoritariamente de mobilizações isoladas, seja por sujeitos, grupos ou instituições. As publicações também nos direcionaram a categorização das mesmas em: Processos Formativos, Práticas Pedagógicas, Infâncias Negras e Legislação. Essas categorias estão presentes com maior ou menor ênfase nas produções bibliográficas e dialogam entre si a partir da formação de professoras/es da EI no campo das relações étnico-raciais, como tema central, com aproximações das sugestões da Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Isso posto, este estudo permitiu visualizarmos que a formação de professoras/es da EI para as relações étnico-raciais é um campo a ser explorado, uma vez que nele verifica-se uma demanda de estudos voltados para tal especificidade, ao mesmo tempo que nos projeta a necessidade de investimento na educação brasileira com atenção à formação de professoras/es.

Referências

Artigos analisados

- AGUIAR, M. M.; P., D. C.; CORREA, B. C. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 373-388, 2015.
- ALMEIDA, A.; HENRIQUES, H.. Educação infantil e multiculturalismo no Brasil: a pertinência de um diálogo. *Interfaces da Educação*, v.9, n.25, p. 128-153, 2018.
- ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N.. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 103, n. 264, p. 450-465, maio/ago. 2022.
- ALVES, N. N. L.; BARBOSA, I. G.; RIBEIRO, N. S. B. Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil em documentos nacionais. *Revista Contemporânea de Educação*, v.11, n.22, p. 312-331, ago./dez. 2016.
- ARAÚJO, D. C.; DIAS, L. R. Vozes de Crianças Pretas em Pesquisas e na Literatura: esperar é o verbo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-22, 2019.
- CARVALHO, D. M. S.; FRANÇA, D. X. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. *Educação & Formação*, v. 4, n. 12, p. 148-168, 2019.
- CARVALHO, T. R. Políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil: relatos da formação continuada em Florianópolis/SC. *Poiésis*, Tubarão. v. 7, n. 12, p. 202-222, jun./dez. 2013.
- CASTRO, M. S. Relações étnico-raciais e formação docente na educação infantil. *Cadernos de Pós-graduação*, v. 18, n. 2, p. 94-107, jul./dez 2019.
- COSTA, B. M. S.; VIDEIRA, P. L.; VIEIRA, E. F.; VASCONCELOS, J. G. Práticas pedagógicas: arte/ educação infantil na perspectiva étnico-racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. 33, p. 134-159, ago. 2020.
- DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17 n. 51 set./dez. 2012.
- DIAS, L. R.; REIS, M. C. G.; DAMIÃO, F. J. Educação e relações étnico-raciais para e com bebês e crianças pequenas. *Debates em Educação*, v. 14, n. especial, p. 468-491, 2022.
- FERREIRA, E. S.; VIEIRA, J. J.; VIEIRA, A. L. C. Relações étnico-raciais e saberes docentes na escola de educação infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. 1, p. 236-252, 2020.

- FURTADO, T. F.; MEINERZ, C. B. Formação continuada de professores e educação antirracista: ensino de história, africanidades e rompimento de estereótipos. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 17, p. 35-57, jan./jun 2020.
- GHIGGI, G. O núcleo de estudos afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR) como espaço de formação continuada: as produções monográficas sobre educação infantil. *Revista Linhas*, v. 19, n. 40, p. 294 - 306, 2018.
- GÓES, M. S.; ROSA, T. G. Formação de professoras/es: ensino da arte para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. *Revista Espaço do Currículo*, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2021.
- GRANDO, B. S., PINHO, V. A., RODRIGUES, E. S. P. Metodologia intercultural na formação-ação para a educação infantil: a cultura bororo e as relações étnico-raciais. *Laplage em Revista*, p.86-101, 2018.
- MAÇANEIRO, G. R.; BAILER, C. “Seus corpos vão falar de suas identidades”: discursos de profissionais da educação infantil face às relações étnico-raciais. *Raído*, v. 15, n. 37, p. 297-310, jan./abr. 2021.
- MARINHO, C; MARTINS, E. Educação infantil e relações étnico-raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 13, n. 34, 2017.
- RAIMUNDO, A. C.; TERRA, D. V. Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia. *Movimento*, v. 27, 2021.
- SANTOS, E. P.; MEIRA, L. C. Os desafios da educação das relações étnico-raciais e a formação de professores para a educação infantil. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 11, n. 22, p. 13-20, 2019. Debates em Educação, v. 14, n. especial, 2022.
- SILVA, B. R. M.; CRUZ, S. H. V. Educação das relações étnico-raciais na formação docente: o curso de pedagogia da UFC em foco. *Debates em Educação*, v. 14, n. especial, p. 492-516, 2022.
- SILVA, F. C.; DIAS, L. R. Formação continuada de professores da educação infantil e (re)educação de relações étnico-raciais: uma experiência no município de Curitiba. *Poésis*, v.12, n. 21, p. 311-332, jan./jun. 2018.
- SILVA, F. C.. Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. 33, p. 66-84, ago. 2020.
- SILVA, M. R. P.; SANTOS, Cleia Souza. A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo. *Revista Cocar*, v. 14, n. 28, p. 664-680, jan./abr. 2020.
- SILVA, T. R.; SANTOS, E. M. A educação étnico-racial na educação infantil: Reflexões sobre a prática de professores. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. esp.1, p. 870-884, 2022.
- SOUZA, E. Q., DINIS, N. F. Formação docente, relações étnico-raciais e educação infantil. *Laplage em Revista*, v.4, n. Especial, p.38-54, 2018.

SOUZA, M. E. V. Relações raciais e educação: desafios e possibilidades para a formação continuada do professor. *Revista de Educação Pública*, v. 21, n. 46, p. 289-301, mai/ago 2012.

Teses e dissertações analisadas

ALVES, E. C. *A Educação das relações étnicorraciais na creche: trançando as mechas da legislação federal, formação e prática das professoras*. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

AMARAL, A. C. T. *A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil*. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

COSTA, M. A. C. *Os desafios de uma educação para a diversidade étnico-racial: uma experiência de pesquisa-ação*. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FEITAL, L. M. *A promoção da igualdade racial e a política pública de formação dos professores da Educação Infantil em Belo Horizonte*. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

IVAZAKI, A. C. D. *Capoeira da educação infantil: relações étnico-raciais na formação de professores*. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

NASCIMENTO JUNIOR, R. N.. *Educação e diversidade étnico-racial*. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

LEAL, M. F. *Do legal ao real: a abordagem das políticas étnico-raciais na formação continuada de professoras/es da educação infantil*. 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MARCHI, S. A. *Por um ensino de várias cores: formação de professores à luz da história cultura afro-brasileira e africana*. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

MIRANDA, R. D. *Educação das relações étnico-raciais e infância: semiformação e a atuação dos professores*. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.

MIRANDA, V. R. E. *Formação de professores para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais*. 2018. 243 f. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, E. J. H. *Tia, existe flor preta? Educar para as relações étnico-raciais*. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

- REGO, T. L. *Relações étnico-raciais na educação infantil na RME/Goiânia: das políticas públicas educacionais às concepções e relatos docentes*. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- SANTANA, C. S. A. *Educação para as relações étnico-raciais: o que pensam as professoras de Educação Infantil em uma instituição pública do interior paulista*. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.
- SANTOS, R. F. *A protagonista da história: a literatura infantil negra*. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- SILVA, B. R. M. *Educação infantil e relações étnico-raciais: contribuições do Curso de Pedagogia da UFC para a formação docente*. 2020. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- SILVA, F. C. *A educação das relações étnico-raciais na formação de professores/as da educação infantil no Município de Curitiba (2010-2015)*. 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- SILVA, K. B. *Descolonizar e afrocentrar a educação infantil: corpo negro e cabelo crespo nas experiências e narrativas de crianças e professoras*. 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.
- SILVA, J. A. *Karingana wa Karingana: brincadeiras e canções africanas*. 2019. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- SOUZA, E. L. *Percepções de infância de crianças negras por professoras de educação infantil*. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Referências complementares

- BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, n. 124, p. 8-12, 2015.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 10 mar. 2008.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 641-813, set/ dez 2011.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, W. N. B.; QUADROS, C. Formação de professoras e professores e relações raciais: mapeamento da produção em teses, dissertações e artigos (2003-2014). In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de (org). *Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte*. Curitiba : NEAB-UFPR e ABPN, p. 53-104, 2018.

CORRÊA, A. M. R.; SANTOS, R. A. As representações sociais de crianças negras sobre a cor em contexto escolar. *Linhas Críticas*, v. 26, p.1-23, 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n.1, p.167-182, 2003.

GOMES, N. L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. In: BRANDÃO, Ana Paula. *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010, p. 19-25.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v.12, n.1. p. 98-109, jan/abr 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Rev. Diálogo Educ.* v.6, n.19, p.37-50, 2006.

SANTOS, S. A. *Educação: um pensamento negro contemporâneo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

TEODORO, C. A constituição de corpos negros em espaços de educação infantil: o lugar da identidade e do pertencimento étnico-racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. 33, p. 110-133, ago. 2020.